



Rucci, Peron.

## A “nova ordem” dos militares chilenos.

Como reagirão os chilenos  
às diretrizes que a Junta Militar  
quer impôr ao seu país?

Apesar das declarações conciliatorias da junta militar chilena sobre “união nacional” e “reconstrução”, tudo o que tem sido feito até agora mostra a firme disposição de colocar o Chile dentro de determinados moldes e padrões que, certamente, vão trazer problemas sérios. A junta extinguiu, por exemplo, os “partidos marxistas” — na prática todos os que apoiavam Allende. E’ bom recordar, então, que eles pularam de 36,2% do eleitorado em 1970 (eleição de Allende) para 44% nas eleições parlamentares deste ano, sem contar os 51% obtidos nas municipais de 1971. Ou seja: ideologicamente, o Chile é pelo menos dividido ao meio, sem contar setores como a ultra-esquerda, que, mesmo com Allende no poder, desprezava a via eleitoral. Além do mais, a junta decretou recesso por tempo indeterminado dos partidos que não foram extintos — e tudo isso num país onde o partidário começa na infância e vem de gerações. A junta acabou com eleições — e no Chile a escolha de quem governa começava no bairro, com as Juntas de Vizinhos e Centros de Mães, passando pelos diretórios estudantis e sindicatos e indo até o presidente da Republica. Outros dados para se pensar: a junta extinguiu a Central Unica de Trabalhadores, com um milhão de filiados e que sempre esteve, por eleição, sob direção comunista socialista. Já se sabe, também, que será proibida a greve como forma de resolver conflitos sociais — e isso num país onde as conquistas sociais — é só dar uma olhada na Historia — foram obtidas a ferro e fogo e onde existem, por exemplo (ver a revista centrista francesa **L’Express** de três semanas atrás), organizações como os “cordões industriais”, que só em Santiago já incluíam 200 mil operários se organizando e pretendendo uma “democracia direta” e uma vida comunitaria independente das instituições vigentes — o “poder popular”, cujos defensores diziam, nos últimos tempos, que seria construído com ou sem Allende. Além disso, foi decretada a intervenção militar em todas as universidades do país — e o Chile tem uma tradição de autonomia universitária conhecida mundialmente. Lá, por exemplo, quem escolhia o reitor era a própria comunidade universitária — professores, funcionários e estudantes — em eleição direta. A junta estabeleceu a censura total e fechou todos os jornais e radios e ocupou as tevês que apoiavam Allende — num país onde um jornal popularesco de esquerda como o **Clarín**, por exemplo, tinha uma circulação diaria maior do que os grandes jornais brasileiros no domingo (o Chile tem um decimo da população brasileira), onde um discurso de um político pelo radio atraia mais ouvintes que uma partida da seleção chilena na Copa do Mundo e um debate politico pela tevê dava mais ibope que qualquer outro programa. A junta pretende devolver a particulares industrias desapropriadas — num país onde as que não foram desapropriadas pelo governo foram ocupadas por trabalhadores. E pretende pagar uma “justa remuneração” às empresas estrangeiras que exploravam o cobre — quando a expropriação de Allende foi apoiada pela unanimidade do Congresso e comemorada como vitória da honra nacional. A junta deverá outorgar uma Constituição ao Chile (propondo, aliás, algo assim como um Estado corporativo), num país onde esse assunto sempre foi resolvido por assembleias populares. A lista é longa e, evidentemente, não pára aí. Até que ponto ela poderá ser cumprida? — (RAS)